



REPUBLICAÇÃO EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2025
(Processo Administrativo nº 14354/2025)

A Prefeitura Municipal de LAURO DE FREITAS/BA, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, através da sua Agente de Contratação **Erivana Braga de Souza**, designada pelo Decreto Municipal nº 5.650/2026, que realizará licitação, na modalidade de Concorrência Eletrônica, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujo objeto é a **Contratação de pessoa jurídica por meio de licitação para execução de obra da CRECHE/PRÉ-ESCOLA, bairro do Quingoma no município de Lauro de Freitas -BA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90, Decreto Municipal nº 5.444/2025 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.**

1.1. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia **27/07/2026**

1.2. LOCAL: SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.3. OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.

1.4. Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.2.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. A Concorrência será realizada em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pela Agente de Contratação responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema “LICITANET”, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em [https://portal.licitanet.com.br/no menu ajuda/manuais](https://portal.licitanet.com.br/no%20menu%20ajuda/manuais) ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s).

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



- 3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante.
- 3.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.6.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.6.9. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- 3.6.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

4. CREDENCIAMENTO E ACESSO NA PLATAFORMA LICITANET

- 4.1 Somente poderão participar desta Concorrência Eletrônica, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>
- 4.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.
- 4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>.
- 4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Concorrência Eletrônico.
- 4.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Lauro de Freitas/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.
- 4.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções.
- 4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.
- 4.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Lauro de Freitas/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6. Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



- 4.7. Para participar desta Concorrência Eletrônica, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema “CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA” através do site <https://licitanet.com.br/>.
- 4.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.
- 4.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Concorrência.
- 4.10. O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.
- 4.11 O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

- 5.1 Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhado do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.
- 5.1.1 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.
- 5.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:
- 5.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;
- 5.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;
- 5.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.3 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar, ainda**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 5.3.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.4 A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.7. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:



5.7.1. informar o preço unitário; para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

5.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

5.7.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

5.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 5.8.1;

5.8.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

5.9 Independente dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.

5.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pela Agente de Contratação no sistema ou pela sua desconexão.

5.11. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. A Agente de Contratação classificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente no sistema, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

6.2.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4. Os lances formulados deverão indicar o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

6.5. Poderá ser fixado intervalo mínimo de tempo a ser observado entre as ofertas de lances.

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.7.1 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto nos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 1.000,00 (mil reais).



6.8 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9 Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance/percentual de desconto registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

6.10 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pela Agente de Contratação, sujeitando-se a licitante às penalidades.

6.11 Será adotado para o envio de lances na Concorrência eletrônica o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.11.4 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.12 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.11.1; 6.11.2 e 6.11.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.14 No caso de desconexão com o responsável pela licitação, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

6.15 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPATES ENTRE PROPOSTAS

7.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.2. Nas condições do subitem anterior, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) relativamente à melhor proposta ou melhor lance, conforme o critério de julgamento adotado, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados após a comunicação automática para tanto.

7.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006, que se encontrem naquela faixa de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.5. No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nas faixas estabelecidas nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.6.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.6.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

8. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao percentual de desconto definido para a contratação ou tenha apresentado o melhor preço, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.1.1 Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

8.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, com o mesmo prazo estabelecido no subitem 8.1.1, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.1.3 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.4 O resultado da negociação será registrado e divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.2. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá à Agente de Contratação verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e após negociação, a Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

9.2 A licitante provisoriamente arrematante deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas úteis** subsequente ao da solicitação da Agente de Contratação no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pela Agente de Contratação quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

9.2.1 No caso de licitação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, estas deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados juntamente com a proposta escrita conforme modelo em anexo a este edital, sob pena de não aceitação da proposta.

9.2.2. A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na legislação vigente.

9.2.3 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta da licitante provisoriamente arrematante.



9.2.4 Ficam os interessados cientes da necessidade de atender aos prazos aqui fixados, ainda que tal lhe seja facultado.

9.2.5 Em obediência Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 9.2, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência sendo realizado pela Agente de Contratação a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação.

9.2.6 Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 9.2 deste edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O conteúdo da Proposta de Preços Escrita, conforme modelo ANEXO VI, deverá dispor:

10.1.1. Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do item (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;

10.1.2. O preço unitário e total de cada um dos itens cotados, em algarismo, e o total cotado, em algarismo e por extenso, prevalecendo o primeiro caso haja divergência entre o valor unitário e o total e, entre os expressos em algarismos e por extenso, considerado este último;

10.1.3. conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

10.1.4. conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

10.1.5. conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

10.1.6. Não serão aceitos preço unitário e global, acima dos valores de Referência da Administração.

10.1.7. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

10.2 Visita ao local da obra

10.2.1. As licitantes deverão visitar os locais onde serão executadas as obras/serviços e suas circunvizinhanças, até 02 (dois) dias corridos antes da data prevista para recebimentos das propostas objeto deste certame, a fim de atestar ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza das obras/serviços a serem executadas, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias à elaboração da proposta e execução do contrato.

10.2.2. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.

10.2.3. Os custos de visita aos locais das obras e serviços correrão por exclusiva conta da licitante.



10.2.4. A visita ao local onde serão executadas as obras/serviços deverá ser agendada com antecedência de 48 horas por e-mail ou pessoalmente, as licitantes deverão estar acompanhadas por um técnico indicado pela Secretaria de Educação – SEMED, da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas.

Endereço SEMED: Av. Brg. Alberto C.Matos, 397 - Jardim do Jockey– Lauro de Freitas, através do e-mail contratos.semed@laurodefreitas.ba.gov.br.

10.2.5. Após a Visita ao Local das Obras, o Servidor emitirá o “Atestado de Visita” (emitido pela Semed) para o licitante, que oportunamente deverá apresentar na documentação na fase de habilitação. A visita será feita por amostragem, de acordo com orientações da Secretaria de Educação.

10.2.6. Caso o licitante tenha pleno conhecimento dos locais (endereços no anexo deste projeto) deverá apresentar a Declaração de Visita – Modelo Anexo II, juntamente com os documentos de Habilitação, sob pena de inabilitação, caso os mesmos não sejam apresentados.

11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 A Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante e de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

11.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

11.2 Será desclassificada a proposta arrematante que:

11.2.1. conter vícios insanáveis;

11.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;

11.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

11.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

11.4 Para fins de comprovação de **exequibilidade**:

11.4.1 Em licitação para contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima e daqueles presentes no Projeto Básico, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

11.4.1.1. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021 (art. 59, §5º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o responsável pela licitação poderá colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada nesse objeto.



12. DA HABILITAÇÃO

12.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

12.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação da Agente no sistema.

12.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação da Agente de Contratação no sistema.**

12.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

12.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

12.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 16.3. deste edital.

12.7 Dos documentos que compõem a **habilitação**:

12.8 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

12.8.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.8.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.8.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.8.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.8.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

12.8.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.8.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

12.8.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.9 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:



12.9.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.9.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.9.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.9.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.9.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.9.6 Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.9.7 Declaração assinada pelo representante legal da licitante, devidamente identificado, que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz, nos termos disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal’;

12.9.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.9.9 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.10 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis acompanhados de cópia do Termo de Abertura e Encerramento extraídos do livro diário, dos dois últimos exercícios social, já exigíveis, registrado na Junta Comercial, apresentados na forma da Lei, comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados a mais de três meses da data de apresentação da proposta, vedada a substituição por balancetes e balanços provisórios. O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e acompanhado da Certidão de Regularidade Profissional – CRP.

a.1) As licitantes que iniciaram suas atividades no presente exercício deverão apresentar, também, o Balanço de Abertura, na forma da Lei.

a.2) Para Sociedades Anônimas e outras Companhias obrigadas à publicação de Balanço, na forma da Lei 6.404/76, cópias da publicação no Diário Oficial, ou jornal de grande circulação, ou cópia registrada/autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, de:

- I.balanço patrimonial;
- II.demonstração do resultado do exercício;
- III.demonstração das origens e aplicações de recursos;
- IV.demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- V.notas explicativas do balanço.



- a.3) Para Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (Ltda), através de fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.
- a.4) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06 (Lei Geral das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte), através fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- b) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
- c) Poderá ser exigido capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor estimado da contratação, quando justificado, nos termos do art. 69, da Lei nº 14.133/2021.

12.11 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- a) Não serão aceitos **“protocolos de entrega”** ou **“solicitação de documento”** em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

12.12 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Registro ou inscrição da licitante e do responsável técnico na entidade profissional competente, quando for o caso; da região da sede da licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto da licitação, em plena validade e com indicação do objeto social compatível com o objeto da licitação.
- b) **Comprovação de capacidade técnico-operacional:** apresentação de pelo menos 01 (um) atestado em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação.
- c) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, conforme disposto em quadro de relevância, anexo IV deste TR.
- d) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- e) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- f) Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.
- g) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- h) **Comprovação de capacidade técnico-profissional:** apresentação de pelo menos 01 (um) atestado em



nome do (s) profissional (is) indicado (s) para atuar como responsável (is) técnico (s), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, devidamente emitido por entidade profissional competente, conforme disposto em quadro de relevância, anexo IV deste TR.

- i) O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas e período da contratação.
- j) É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma licitante, fato este que inabilitará todas as envolvidas.
- k) Indicação de que o licitante dispõe compromisso de **ENGENHEIRO CIVIL** e um **ENGENHEIRO ELETRICISTA**, ou outra qualificação compatível, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.
- l) Admite-se, para comprovação do compromisso profissional, uma das seguintes modalidades:
 - Carteira de Trabalho/CTPS, no caso de funcionário do quadro permanente;
 - Contrato Social, Estatuto Social ou Ato Constitutivo, no caso de sócio;
 - Contrato de Prestação de Serviço, com data de assinatura anterior à data de abertura das propostas, reconhecida firma entre as partes
 - Termo de Compromisso assinado pelo profissional, com firma reconhecida das partes, com data anterior a abertura da sessão, com aceitação de responsabilidade técnica da obra ou serviço objeto da licitação, no caso de a licitante vir a ser a vencedora do certame.
- m) Será admitida a substituição dos profissionais indicados, por outros com experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- n) Poderá ser apresentado o mesmo atestado para a licitante e para o Responsável Técnico, desde que venha indicado o nome de ambos no documento.
- o) Para fins da comprovação da capacidade técnico-operacional e profissional, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as características de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior constantes no anexo IV deste TR.
- p) Apresentação de relação explícita do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.
- q) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Disposto no anexo II do TR.



r) Os documentos deverão ser apresentados dentro do prazo de validade.

12.13. Da qualificação da Subcontratação

12.13.1. As empresas subcontratadas também devem comprovar, junto ao município, antes do início dos trabalhos que estão em situação regular jurídico/fiscal, previdenciária e trabalhista, e que entre os seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no município.

12.13.2. Em caso de subcontratação a empresa subcontratada deverá atender às exigências de qualificação técnica feitas neste Edital.

13. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

13.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

13.2. Na análise dos documentos de habilitação, a Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.2.1. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, a Agente de Contratação poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

13.2.2. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

13.3. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

13.4. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 13.2:

13.4.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

13.4.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

13.4.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

13.4.4. A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

13.4.5. A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

13.4.6. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

13.4.7. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

13.5. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos a Agente de Contratação considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

13.6. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação a Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

14. DOS RECURSOS

14.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:



14.1.1. **Recurso Hierárquico** em face de:

- a) julgamento das propostas;
- b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) anulação ou revogação da licitação;

14.1.2. **Pedido de reconsideração**, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

14.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:

14.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

14.2.1.1 A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

14.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos à Agente de Contratação, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do item/ lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

14.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

14.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

14.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

14.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

14.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

14.5.1 A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

14.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

14.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

15. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DA VIGÊNCIA

15.1. O modelo de execução adotado será **indireto, em regime de Empreitada por Preço Global**, abrangendo a elaboração execução integral da obra, fornecimento de materiais, equipamentos e entrega final do empreendimento em plenas condições de uso.

As principais diretrizes do modelo de execução são:

15.2. Escopo fechado por resultado (contratação por escopo)

A contratada se responsabilizará pela entrega do empreendimento completo, sendo vedadas medições parciais por insumos ou quantitativos unitários.

A remuneração se dará pelo resultado final pactuado, ainda que haja necessidade de ajustes ou adequações de projeto.



15.3. Pagamentos vinculados a etapas do cronograma físico-financeiro

Os pagamentos ocorrerão com base em **etapas mensais pré-definidas**, após aprovação pela fiscalização e pelo gestor do contrato, conforme cronograma físico-financeiro (Anexo IIIb).

Cada parcela estará condicionada à entrega e aceite de produtos (serviços executados, testes e relatórios).

15.4. Prazos

Início da execução: até **07 (sete) dias corridos** após a emissão da Ordem de Serviço (OS), o prazo de execução: **12 (doze) meses**, contados da emissão da OS e a vigência contratual: **14 (quatorze) meses**, abrangendo execução, recebimento provisório, recebimento definitivo e encerramento administrativo.

15.5. Fiscalização e validação técnica

Todas as etapas deverão ser discutidas, acompanhadas e aprovadas pela fiscalização e pelo gestor do contrato, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Caberá à contratada propor metodologias, tecnologias e soluções executivas, submetendo-as previamente à aprovação da Administração.

Foram designados, através da PORTARIA SEMED Nº 73, DE 12 DE JUNHO DE 2026, os servidores abaixo indicados para exercerem as funções de Gestão e Fiscalização de Contrato para execução de obra da CRECHE/PRÉ-ESCOLA, bairro do Quingoma:

Gestor do Contrato: Fernanda Giacomini do Espírito Santo, matrícula nº 122833-4, lotado no Departamento de Infraestrutura, da Secretaria da Educação.

Fiscal Administrativo: Ilana Santos dos Santos, matrícula nº 126097, lotada no Departamento de Contratos, da Secretaria da Educação.

Fiscal Técnico: Gabriela Araujo Miranda de Souza, matrícula nº 956635, lotada no Departamento de Infraestrutura, da Secretaria da Educação.

15.6. Cronograma físico-financeiro

O cronograma será **único e definitivo**, aprovado previamente pela Administração, devendo contemplar todas as etapas significativas da obra, execução, testes e entrega final, as alterações somente serão admitidas em caso de **força maior, caso fortuito ou por interesse público devidamente motivado**.

15.7. Especificações técnicas

O memorial descritivo, projetos, planilhas de quantidades e preços, relatórios e demais instrumentos técnicos (Anexo IIIc a IIIf) deverão ser submetidos à análise da fiscalização e aprovados formalmente para validação.

15.8. Transferência de riscos

A contratada assume integral responsabilidade pela execução, devendo entregar o empreendimento em conformidade com o escopo contratado, independentemente de falhas ou omissões do projeto fornecido pela Administração.

16. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

16.1. A medição e o pagamento da obra seguirão o princípio da contratação por escopo e preço global, característico do contrato por licitação. Dessa forma, a Administração não remunera por insumos ou



quantitativos isolados, mas sim por etapas concluídas do objeto, devidamente atestadas pela fiscalização.

16.2. O fluxo financeiro será definido a partir de um cronograma físico-financeiro previamente aprovado, no qual cada parcela de pagamento estará vinculada à entrega de marcos técnicos relevantes, como projetos aprovados, licenças ambientais obtidas, fases da obra executadas, testes e comissionamento.

16.3. Os pagamentos somente serão liberados após a comprovação da conformidade da execução com os parâmetros técnicos e legais, o ateste do gestor e dos fiscais do contrato e a comprovação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada. Dessa forma, a Administração assegura a transparência, a rastreabilidade e a eficiência na gestão do recurso público, em consonância com o ETP e com as diretrizes do Termo de Compromisso.

16.4. Forma de remuneração: A remuneração da contratada ocorrerá pelo **regime de empreitada por preço global**, com pagamentos vinculados à entrega de etapas concluídas do objeto.

16.5. Medições vinculadas a marcos de execução: As medições serão realizadas com base em etapas físicas e documentais previamente estabelecidas no cronograma físico-financeiro (Anexo IIIb).

16.6. Condições para pagamento:

- Emissão de boletins de medição acompanhados de relatórios técnicos, memoriais de execução e registros fotográficos;
- Atesto do gestor e dos fiscais do contrato;
- Comprovação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista;
- Vedação ao pagamento antecipado, salvo hipóteses legais com contragarantias.

16.7. Periodicidade e fluxo

- Periodicidade **mensal**;
- Prazo máximo de **30 dias** para análise, conferência e liquidação após entrega da documentação completa.

16.8. Retenção e glosas

- Possibilidade de retenção ou glosa proporcional em caso de não conformidade;
- Retenção de valores para cobertura de encargos trabalhistas, previdenciários ou fiscais, se houver inadimplência.



16.9. Etapas típicas para medição

Etapa 1: Execução inicial das obras civis (infraestrutura, superestrutura, cobertura);

Etapa 2: Execução intermediária da obra (instalações, revestimentos, pavimentações);

Etapa 3: Execução final e urbanização (acabamentos, pintura, urbanização);

Etapa 4: Serviços complementares, testes e entrega definitiva.

16.10. **Pagamento final:** O pagamento da última parcela ficará condicionado ao recebimento definitivo **do objeto**, mediante termo formal da Administração e apresentação da cessão de direitos patrimoniais (as built).

17. DAS OBRIGAÇÕES

17.1- Da CONTRATADA:

17.1.1- O CONTRATADO, obriga-se a fornecer mão-de-obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas.

17.1.2- Registrar este Contrato no CREA e apresentar ao CONTRATANTE o comprovante de ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) correspondente, antes da emissão da primeira fatura. A inobservância desta exigência implicará em retenção do pagamento correspondente.

17.1.3 - Obter junto à Prefeitura Municipal, conforme o caso, o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

17.1.4- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

17.1.5- Atentar, em relação ao material, para todas as disposições e especificações constantes no Memorial Descritivo, Projetos e Planilhas.

17.1.6- Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Memorial Descritivo.

17.1.7- Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido neste instrumento e as especificações constantes no Memorial Descritivo e anexos do termo, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção.

17.1.8- Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

a. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

b.1. resíduos - Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.2. resíduos - Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.3. resíduos - Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

b.4. resíduos - Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.



c. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’ água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

17.1. 9 - Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

- Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

- Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

17.1.10 - Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

17.1.11 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

17.1.12 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos à execução da reforma.

17.1.13 - Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

17.1.14 - Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

17.1.15 - Responder pelo pagamento dos salários devidos aos empregados e encargos trabalhistas, bem como pelos registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes à execução dos serviços ora contratados.

17.1.16 - Arcar com todos os tributos incidentes sobre este Contrato, bem como sobre a sua atividade, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.

17.1.17 - Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e telefônicas.

17.1.18 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência da obra.

17.1.19 - Manter seu pessoal devidamente identificado através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's;

17.1.20 - Manter sediado junto à Administração, durante os turnos de trabalho, preposto capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

17.1.21 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração.

17.1.22 - Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

17.1.23 - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

17.1.24 - Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Memorial Descritivo/Especificação Técnica;



- 17.1.25 - Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;
- 17.1.26 - Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- 17.1.27 - Comunicar ao CONTRATANTE, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público;
- 17.1.28 - Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como agendar, junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos, vistorias com vistas à obtenção de licenças e regularização dos serviços e obras concluídos (Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);
- 17.1.29 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no presente ou neste contrato;
- 17.1.30 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 17.1.31 - Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação e qualificação no certame licitatório;
- 17.1.32 - Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados utilizados na execução dos serviços.

17.2 DA CONTRATANTE

17.2.1. Fiscalização

17.2.1.1. A coordenação do contrato, bem como a Fiscalização da execução da obra será realizada pelo MUNICÍPIO, por técnicos designados, a quem compete verificar se a Licitante vencedora está executando os trabalhos, observando o Cronograma Físico-Financeiro do contrato, Projeto básico, Especificações Técnicas, Memoriais Descritivos, de acordo com os demais documentos que integram o Contrato.

17.2.1.2. A Fiscalização Poderá designar o acompanhamento, gerenciamento, supervisão e fiscalização da obra por uma Empresa Especializada, mediante procedimento de licitação específica, à sua Contratação, que passará a ser Denominada Gerenciadora, em atendimento ao que determina o Manual Específico da Portaria 164/2013 e suas Alterações.

17.2.1.3. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a Licitante vencedora mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta aos ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS, CADIN ou certidões comprobatórias.

17.2.1.4. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

17.2.1.5. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento dos fatos à autoridade competente, responsável pela execução do contrato.

17.2.1.6. Caberá à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.



17.2.1.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

17.2.1.8 Fica assegurado aos técnicos do MUNICÍPIO o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela licitante vencedora, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

17.2.1.9 - A Fiscalização promoverá reuniões periódicas de acompanhamento com a Contratada, para avaliação do andamento físico-financeiro da obra, análise dos riscos identificados e discussão de eventuais medidas corretivas., observando os princípios constitucionais e os dispositivos da Lei nº 14.133/2021.

17.2.1.10. Procedimentos de Fiscalização e Gerenciamento do Contrato

Foram designados, através da PORTARIA SEMED Nº 73, DE 12 DE JUNHO DE 2026, os servidores abaixo indicados para exercerem as funções de Gestão e Fiscalização de Contrato para execução de obra da CRECHE/PRÉ-ESCOLA, bairro do Quingoma:

Gestor do Contrato: Fernanda Giacomini do Espírito Santo, matrícula nº 122833-4, lotado no Departamento de Infraestrutura, da Secretaria da Educação.

- **Fiscal Administrativo:** Ilana Santos dos Santos, matrícula nº 126097, lotada no Departamento de Contratos, da Secretaria da Educação.

- **Fiscal Técnico:** Gabriela Araujo Miranda de Souza, matrícula nº 956635, lotada no Departamento de Infraestrutura, da Secretaria da Educação.

18. DAS PENALIDADES

18.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- h) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- j) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- k) Praticar ato lesivo previsto no art. 5 da Lei 1246 de 1 de agosto de 2013.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

d) Multa:

- (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
- (2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
- (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

18.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);



- 18.4.** Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):
- 18.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);
- 18.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);
- 18.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 18.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 18.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);
- 18.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);
- 18.9.** A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);
- 18.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

19. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Termo de Repasse

Contrato: 10971-21

Valor inicial: R\$3.341.680,94

Vigência: 26/08/2028.

Erário Municipal

Gestão/Unidade: 10 Secretaria Municipal de Educação, 1001 Fundo Municipal de Educação

Fonte de Recursos: 15001001

Programa/ Ação: 0009 / 1034 – Construção do Centro Municipal de Educação Infantil

Elemento de Despesa: 44905199 - Obras e Instalações

20. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

20.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> ou do endereço eletrônico copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br.



20.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.

20.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

20.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

21. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

21.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Agente de Contratação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

21.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

21.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo estabelecido no edital.

21.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

21.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão responsável pela elaboração do contrato verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

21.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

21.5 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

21.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

21.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

21.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

Da garantia Contratual

21.9. Será exigida garantia contratual correspondente a **5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato**, nos termos do art. 96 da Lei nº14.133/2021, podendo chegar a 10% caso se constate alta complexidade técnica ou riscos financeiros relevantes.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1. Será permitida a subcontratação dos serviços de montagem mecânica, elétrica, detalhamentos construtivos, estudos laboratoriais, ensaios, escavações por processos não destrutivos, escavação de rocha a fogo



e serviços que não estejam contemplados e inclusos nas parcelas de relevância pertencentes ao objeto desta licitação, com anuência prévia do município.

22.2. A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.

22.3. Será vedada a subcontratação total do objeto.

22.4. Caso ocorra à subcontratação, deverá ser observado o privilégio estabelecido às microempresas e empresas de pequeno porte, quanto ao limite de até 30% (trinta por cento) do valor contratado, nos termos do art. 48, inciso II da Lei 123/2006.

22.5. Em caso de subcontratação a empresa subcontratada deverá atender às exigências de qualificação técnica exigidas neste Edital e Termo de Referência.

22.6. As empresas subcontratadas também devem comprovar, junto ao município, antes do início dos trabalhos que estão em situação regular jurídico/fiscal, previdenciária e trabalhista, e que entre os seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no município.

23. DO REAJUSTE

23.1. Os preços contratuais serão reajustados no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data base do orçamento (.....), pela variação do Índice Nacional da Construção Civil–INCC, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, e publicado na seção de Índices Econômicos da Revista Conjuntura Econômica, sendo o índice inicial referente a data base do orçamento.

23.2. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa do CONTRATADO conforme cronograma físico aprovado pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

23.3. Caso decorra período superior a um ano contado a partir da data base do orçamento, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

23.4. O reajuste será realizado por Apostilamento.

24. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

24.1. A gestão do contrato será conduzida pela Administração Municipal com base nos princípios da legalidade, eficiência, transparência e responsabilidade, em conformidade com os arts. 115 a 121 da Lei nº 14.133/2021 e a IN Municipal nº 02/23 – NLLC.

24.2. O acompanhamento se dará por meio de **Gestor de Contrato e Fiscais Técnicos formalmente designados**, responsáveis por verificar a conformidade da execução com o escopo contratado, registrar ocorrências, exigir correções e atestar a execução para fins de liquidação e pagamento.



24.3. O modelo adotado enfatiza a **segregação de funções**, a **rastreabilidade documental** e a **transferência de riscos** à contratada, que deverá entregar o empreendimento em conformidade com os projetos e especificações, além de responder integralmente por eventuais vícios, defeitos ou danos. Toda a execução será documentada em relatórios periódicos de acompanhamento, assegurando **transparência e controle** perante os órgãos de fiscalização interna e externa.

24.4. **Base normativa:** A gestão contratual seguirá os princípios e regras previstos nos arts. 115 a 121 da Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal e na IN nº 02/23 – NLLC, assegurando observância à segregação de funções, à rastreabilidade dos atos administrativos e ao controle interno e externo. O contrato será executado fielmente pelas partes, e cada uma responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

24.5. **Designação de gestores e fiscais:** O acompanhamento da execução será realizado por **Gestor de Contrato e Fiscais Técnicos**, designados por portaria da autoridade competente. Compete ao gestor coordenar a execução, consolidar informações e interagir com a contratada, enquanto os fiscais, cada um em sua área, verificarão a conformidade técnica dos serviços executados, registrarão ocorrências em relatórios próprios e determinarão correções quando necessárias. A fiscalização atuará de forma preventiva, mitigando riscos de atrasos, falhas técnicas ou descumprimentos contratuais.

24.6. **Preposto da contratada:** A contratada deverá manter, no canteiro de obras, **preposto formalmente indicado e aceito pela Administração**, com poderes para representá-la e responder imediatamente a solicitações da fiscalização. Esse representante técnico-administrativo deverá ter autonomia para adotar providências corretivas, agilizando a comunicação entre as partes e garantindo a continuidade dos serviços.

24.7. **Obrigações de transparência e apoio técnico:** A contratada deverá fornecer, sempre que solicitado, relatórios de progresso, memoriais descritivos, projetos revisados, cronogramas atualizados, documentos de licenciamento ambiental e registros de segurança do trabalho. Essa obrigação garante **transparência** e subsidia a fiscalização com informações atualizadas para a tomada de decisão, além de servir como evidência documental em auditorias.

24.8. **Governança e integridade:** O modelo de gestão observará os princípios da **governança pública** e as diretrizes de integridade previstas na IN nº 02/23 – NLLC, incluindo:

- segregação de funções entre setores de planejamento, execução e controle;
- análise e mitigação de riscos contratuais;
- mecanismos de prevenção a fraudes, corrupção e conflitos de interesse;
- registro de todas as decisões e justificativas em sistema oficial da Administração.

Esse arcabouço fortalece a legalidade, a eficiência e a transparência da execução contratual.

24.9. **Responsabilidade da contratada:** Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratada responderá por:



- corrigir, reparar ou substituir, às suas expensas, quaisquer falhas, vícios ou defeitos verificados na execução (art. 119);
- indenizar danos causados à Administração ou a terceiros, independentemente da fiscalização (art. 120);
- arcar com encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes do contrato (art. 121).
- Essa responsabilidade é integral e independe da atuação da Administração, configurando verdadeira **transferência de riscos** à contratada.

24.10. Fiscalização técnica: A fiscalização compreenderá a análise e acompanhamento dos projetos básicos e executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, medições mensais, relatórios de vistoria e boletins de pagamento. A Administração somente atestará e liberará pagamentos após verificar a conformidade dos serviços com os parâmetros técnicos e contratuais. Em caso de irregularidades, os serviços serão rejeitados, cabendo à contratada refazê-los às suas expensas.

24.11. Relatórios de acompanhamento e auditoria: Toda a execução contratual deverá ser registrada em **relatórios periódicos de acompanhamento**, contendo medições, registros fotográficos, atas de reunião, relatórios de vistoria e pareceres técnicos. Esses relatórios integrarão o processo administrativo, permitindo auditorias pelos órgãos de controle interno e externo e garantindo plena transparência à sociedade.

24.12. Foram designados, através da PORTARIA SEMED Nº 73, DE 12 DE JUNHO DE 2026, os servidores abaixo indicados para exercerem as funções de Gestão e Fiscalização de Contrato para execução de obra da CRECHE/PRÉ-ESCOLA, bairro do Quingoma:

Gestor do Contrato: Fernanda Giacomini do Espírito Santo, matrícula nº 122833-4, lotado no Departamento de Infraestrutura, da Secretaria da Educação.

- **Fiscal Administrativo:** Ilana Santos dos Santos, matrícula nº 126097, lotada no Departamento de Contratos, da Secretaria da Educação.

- **Fiscal Técnico:** Gabriela Araujo Miranda de Souza, matrícula nº 956635, lotada no Departamento de Infraestrutura, da Secretaria da Educação.

25. DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

25.2 Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

25.3 As referências de horário correspondem ao horário oficial da Bahia.

25.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Agente de Contratação.

26. FORO

26.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

27. ANEXOS DO EDITAL



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

27.1 Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS
ANEXO II	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA
ANEXO III	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO
ANEXO IV	DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ANEXO V	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
ANEXO VI	MINUTA DO CONTRATO

27.2 – Este Edital contém 70 folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Lauro de Freitas /BA, 12 de Junho 2026

Heider do Vale Almeida Pinheiro
Diretoria de Licitações



TERMO DE REFERÊNCIA – TR – LEI 14.133/21
Processo Administrativo nº 14354/2025

1. OBJETO

- DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei nº14.133/2021).

Contratação de pessoa jurídica por meio de licitação para execução de obra da CRECHE/PRÉ-ESCOLA, bairro do Quingoma no município de Lauro de Freitas/BA; com fornecimento de materiais e equipamentos, testes, aprovações e entrega final do empreendimento.

Contratação de obra de engenharia, nos termos da tabela/descrição abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	SUBTOTALS (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Construção da CRECHE/PRÉ-ESCOLA, bairro do Quingoma, município de Lauro de Freitas/BA.	conj	1		4.479.366,31

Nota: Discriminação item a item consta em anexo III a, deste TR.

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, e sim serviço de engenharia conforme Decreto Municipal nº5.040 de 15 de junho de 2022, art. 2º inciso III alínea “c”: perecibilidade - sujeito a modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo.

1.2. O objeto é contratação por escopo.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 14 (quatorze) meses, contados da data de emissão da OS, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de **R\$4.479.366,31** (quatro milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais, trinta e um centavos), conforme custos unitários apostos em Planilha Estimativa de Contratação – anexo III deste TR.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
(art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021)

A fundamentação da presente contratação encontra-se embasada na necessidade premente para atender à demanda crescente por serviços de educação infantil da comunidade do Quingoma. Atualmente, muito decorrente da expansão demográfica dos últimos anos no município, e consequente aumento significativo no



número de famílias que necessitam de apoio para a educação de seus filhos, especialmente em um contexto onde a conciliação entre trabalho e cuidados infantis se torna cada vez mais desafiadora.

A falta de vagas em creches públicas tem gerado uma sobrecarga nas instituições existentes, resultando em longas filas de espera e em um atendimento insuficiente às crianças. A construção de uma nova creche permitirá que mais crianças tenham acesso à educação infantil de qualidade, promovendo o desenvolvimento integral na primeira infância.

Além de proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para o desenvolvimento das crianças e oferecer educação de qualidade, com profissionais capacitados e infraestrutura adequada, a creche facilita o retorno das mães ao mercado de trabalho, contribuindo para a economia local.

O aumento da oferta de vagas para crianças na faixa etária de 0 a 5 anos, melhora a qualidade de vida das famílias, promovendo a inclusão social e contribuindo para o desenvolvimento social e educacional da comunidade.

A creche deve ser projetada para atender a um número específico de crianças, com salas de aula adequadas, áreas de recreação, banheiros infantis, e espaços para atividades pedagógicas. É essencial que o projeto atenda às normas de acessibilidade e segurança.

A contratação da obra para a construção da creche do Quingoma é uma ação fundamental para garantir o direito à educação infantil e apoio as famílias da comunidade. É um investimento no futuro dessas crianças e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, solicitamos a aprovação e o financiamento necessários para viabilizar este projeto.

Trata-se de **obra de engenharia de natureza estruturante**, cuja adequada execução exige padronização das disciplinas técnicas (estruturais, urbanismo, meio ambiente, entre outras), um **empreendimento de alta relevância social e urbanística**, indispensável para garantir qualidade educacional infantil da população local.

Dessa forma, torna-se indispensável a presente contratação, a ser realizada no regime de Concorrência Eletrônica, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, com a transferência de recursos de repasse e municipal visando execução integral da obra, fornecimento de todos os insumos como: materiais, equipamentos, e entrega final do empreendimento, em conformidade com o art. 46 da lei nº 14.133/2021.

Da Lei Federal nº 14.133/2021

Fase Preparatória: art. 17, I;

Modalidade da Licitação: Concorrência (art. 28, II);

Critério de Julgamento: **Menor Preço Global** (art.33, I);

Regime de Contratação: Empreitada por Preço Global (art. 46, II).

Do Decreto Municipal – IN nº 02/23 – NLLC

Indicação do Grau de Prioridade: Médio (art. 9º, VII, “b”).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.

(art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº

14.133/2021)



A solução proposta contempla contratação de obra de Construção da Creche/Pré-Escola essencial para atender à demanda crescente por educação infantil na comunidade. A criação de espaços adequados para o desenvolvimento educacional e social das crianças é uma prioridade, considerando os benefícios a longo prazo que esse investimento trará à sociedade.

A justificativa para esta contratação baseia-se nos seguintes pontos:

- Demanda da Comunidade: Existe uma alta demanda por vagas em instituições de educação infantil, refletindo o aumento da população na região e a necessidade de oferecer um ambiente seguro e acolhedor para as crianças, contribuindo para a sua formação inicial.
- Direitos da Criança: A educação infantil é um direito garantido pela Constituição Federal e pelas Diretrizes Nacionais de Educação Infantil. Portanto, a construção da Creche/Pré-Escola é um passo crucial para assegurar que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida.
- Desenvolvimento Integral: A Creche/Pré-Escola não apenas proporciona educação, mas também desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social, emocional e cognitivo das crianças, preparando-as para os desafios futuros.
- Condições Adequadas: A construção de uma nova unidade vai garantir condições adequadas de infraestrutura, oferecendo ambientes adequados para aprendizagem, brincadeiras e interação social, fundamentais para o desenvolvimento saudável das crianças.
- Impacto Social: A contratação para a execução da obra tem um impacto positivo na comunidade, gerando empregos e movimentando a economia local durante o período de construção, além de contribuir para a valorização do espaço urbano.
- Planejamento e Sustentabilidade: O projeto será desenvolvido com base em princípios de sustentabilidade, visando a utilização de materiais e práticas que respeitem o meio ambiente, garantindo um espaço que será benéfico para as futuras gerações.

Diante das considerações apresentadas, a contratação para a execução da obra da Creche/Pré-Escola é justificada como uma ação essencial para promover a educação infantil, fomentar o desenvolvimento das crianças e atender às necessidades da comunidade, refletindo a responsabilidade social do poder público e seu compromisso com o futuro.

1. Da Especificação

O objeto deste termo é a execução de serviços de construção de obra da CRECHE/PRÉ-ESCOLA, bairro do Quingoma no município de Lauro de Freitas/BA.

Os instrumentos técnicos que compõem este processo são:

- Projeto arquitetônico;
- Cortes e elevações;
- Planta de cobertura;
- Implantação e situação;
- Projetos complementares;
- Planilha orçamentaria;
- Cronograma Físico-Financeiro;
- Memorial descritivo.

Normas técnicas e requisitos de desempenho e acessibilidade: a execução deverá observar, além das NBR correlatas, a NBR 9050 (acessibilidade), a NBR 15575 (desempenho de edificações habitacionais, no que couber), e as Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente a NR-18 (Segurança e Saúde no Trabalho na Construção) e a NR-35 (Trabalho em Altura).



Dessa forma, a solução proposta atende às exigências de **sustentabilidade, eficiência e economicidade** previstas na Lei nº14.133/2021, assegurando que o empreendimento mantenha condições adequadas de funcionamento ao longo de sua vida útil.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea “d”, da Lei 14.133/21)

A contratação em pauta deverá atender aos requisitos técnicos, jurídicos, ambientais e de governança estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar – ETP, em conformidade com a Lei nº14.133/2021, garantindo a adequada execução da obra e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. E conformidade com os abaixo citados, anexos a este TR.

4.1 Visita ao local da obra

As licitantes deverão visitar os locais onde serão executadas as obras/serviços e suas circunvizinhanças, até 02 (dois) dias corridos antes da data prevista para recebimentos das propostas objeto deste certame, a fim de atestar ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza das obras/serviços a serem executadas, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias à elaboração da proposta e execução do contrato.

É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.

Os custos de visita aos locais das obras e serviços correrão por exclusiva conta da licitante.

A visita ao local onde serão executadas as obras/serviços deverá ser agendada com antecedência de 48 horas por e-mail ou pessoalmente, as licitantes deverão estar acompanhadas por um técnico indicado pela Secretaria de Educação – SEMED, da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas.

Endereço SEMED: Av. Brg. Alberto C.Matos, 397 - Jardim do Jockey– Lauro de Freitas, através do e-mail contratos.semed@laurodefreitas.ba.gov.br.

Após a Visita ao Local das Obras, o Servidor emitirá o “Atestado de Visita” (emitido pela SEMED) para o licitante, que oportunamente deverá apresentar na documentação na fase de habilitação.

A visita será feita por amostragem, de acordo com orientações da Secretaria de Educação.

Caso o licitante tenha pleno conhecimento dos locais (endereços no anexo deste projeto) deverá apresentar a Declaração de Visita – Modelo Anexo II, juntamente com os documentos de Habilitação, sob pena de inabilitação, caso os mesmos não sejam apresentados.

4.2 Subcontratação

Será permitida a subcontratação dos serviços de montagem mecânica, elétrica, detalhamentos construtivos, estudos laboratoriais, ensaios, escavações por processos não destrutivos, escavação de rocha a fogo e serviços que não estejam contemplados e inclusos nas parcelas de relevância pertencentes ao objeto desta licitação, com anuência prévia do município.

A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.



Será vedada a subcontratação total do objeto.

Caso ocorra à subcontratação citado no subitem 4.2, deverá ser observado o privilégio estabelecido às microempresas e empresas de pequeno porte, quanto ao limite de até 30% (trinta por cento) do valor contratado, nos termos do art. 48, inciso II da Lei 123/2006.

As empresas subcontratadas também devem comprovar, junto ao município, antes do início dos trabalhos que estão em situação regular jurídico/fiscal, previdenciária e trabalhista, e que entre os seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no município.

Em caso de subcontratação a empresa subcontratada deverá atender às exigências de qualificação técnica feitas neste TR.

4.3 Consórcio

Será permitida, na presente licitação, a participação de empresas em consórcio.

4.4 Regime de execução e transferência de riscos

A contratação será realizada no regime de **Contratação por Preço Global**, no qual a contratada assumirá integral responsabilidade pela execução integral da obra, com fornecimento de materiais, equipamentos e entrega final.

4.5 Critério de julgamento

O julgamento das propostas observará o critério de Menor Preço, em razão da complexidade técnica da obra, que exige soluções de engenharia em compatibilização de projetos e qualidade construtiva aferida pelo projeto padrão.

Demais condicionamentos serão definidas no edital, garantindo-se motivação, razoabilidade e proporcionalidade.

4.6 Sustentabilidade e ciclo de vida

Em consonância com o art. 25 da Lei nº14.133/2021 e o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, deverão ser observados:

- análise do ciclo de vida dos insumos empregados;
- utilização de técnicas e materiais com menor impacto ambiental negativo;
- redução e destinação adequada de resíduos da construção civil, com logística reversa quando aplicável;
- eficiência energética e hídrica em todas as etapas da obra;
- mitigação de impactos em áreas vizinhas, inclusive com plano de controle de erosão e assoreamento.

4.7 Licenciamento e gestão ambiental

- A contratada será responsável pela obtenção do **Licenciamento Ambiental** e demais autorizações necessárias, conforme previsto no art. 6º, XXIII, "c" da Lei nº 14.133/2021 e no ETP, devendo executar integralmente as medidas mitigadoras e compensatórias.



- A gestão ambiental deverá contemplar: Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), Plano de Gerenciamento Ambiental da Obra (PGA) e monitoramento da qualidade da água, ar e ruídos durante a execução.

4.8 Qualificação Técnica (Lei nº 14.133, de 2021, art. 67).

- a) Registro ou inscrição da licitante e do responsável técnico na entidade profissional competente, quando for o caso; da região da sede da licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto da licitação, em plena validade e com indicação do objeto social compatível com o objeto da licitação.
- b) **Comprovação de capacidade técnico-operacional:** apresentação de pelo menos 01 (um) atestado em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação.
- c) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, conforme disposto em quadro de relevância, anexo IV deste TR.
- d) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- e) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- f) Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.
- g) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- h) **Comprovação de capacidade técnico-profissional:** apresentação de pelo menos 01 (um) atestado em nome do (s) profissional (is) indicado (s) para atuar como responsável (is) técnico (s), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, devidamente emitido por entidade profissional competente, conforme disposto em quadro de relevância, anexo IV deste TR.



- i) O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas e período da contratação.
- j) É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma licitante, fato este que inabilitará todas as envolvidas.
- k) Indicação de que o licitante dispõe compromisso de ENGENHEIRO CIVIL e um ENGENHEIRO ELETRICISTA, ou outra qualificação compatível, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.
- l) Admite-se, para comprovação do compromisso profissional, uma das seguintes modalidades:
- Carteira de Trabalho/CTPS, no caso de funcionário do quadro permanente;
 - Contrato Social, Estatuto Social ou Ato Constitutivo, no caso de sócio;
 - Contrato de Prestação de Serviço, com data de assinatura anterior à data de abertura das propostas, reconhecida firma entre as partes
 - Termo de Compromisso assinado pelo profissional, com firma reconhecida das partes, com data anterior a abertura da sessão, com aceitação de responsabilidade técnica da obra ou serviço objeto da licitação, no caso de a licitante vir a ser a vencedora do certame.
- m) Será admitida a substituição dos profissionais indicados, por outros com experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- n) Poderá ser apresentado o mesmo atestado para a licitante e para o Responsável Técnico, desde que venha indicado o nome de ambos no documento.
- o) Para fins da comprovação da capacidade técnico-operacional e profissional, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as características de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior constantes no anexo IV deste TR.
- p) Apresentação de relação explícita do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.
- q) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Disposto no item 4.3 e anexo II, deste TR.
- r) Os documentos deverão ser apresentados dentro do prazo de validade.

4.9 Prazos de execução e vigência



O prazo de execução será de **12 (doze) meses**, contados da emissão da Ordem de Serviço, e a vigência contratual será de **14 (quatorze) meses**, abrangendo execução, recebimento provisório, recebimento definitivo e encerramento administrativo.

4.10 Garantia contratual e desempenho

Será exigida garantia contratual correspondente a **5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato**, nos termos do art. 96 da Lei nº14.133/2021, podendo chegar a 10% caso se constate alta complexidade técnica ou riscos financeiros relevantes.

Adicionalmente, a contratada responderá pela garantia legal prevista no art. 618 do Código Civil, devendo assegurar a solidez e a segurança da obra por 5 (cinco) anos após o recebimento definitivo.

4.11 Governança e integridade

O contrato deverá observar as regras de segregação de funções, integridade e gestão de riscos previstas no art. 11 da IN Municipal nº 02/23 – NLLC, assegurando a efetiva fiscalização pela Administração e a rastreabilidade de todas as etapas de execução.

5 MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

O modelo de execução adotado será **indireto, em regime de Contratação por Preço Global**, abrangendo a elaboração execução integral da obra, fornecimento de materiais, equipamentos e entrega final do empreendimento em plenas condições de uso.

As principais diretrizes do modelo de execução são:

5.1 Escopo fechado por resultado (contratação por escopo)

A contratada se responsabilizará pela entrega do empreendimento completo, sendo vedadas medições parciais por insumos ou quantitativos unitários.

A remuneração se dará pelo resultado final pactuado, ainda que haja necessidade de ajustes ou adequações de projeto.

5.2 Pagamentos vinculados a etapas do cronograma físico-financeiro

Os pagamentos ocorrerão com base em **etapas mensais pré-definidas**, após aprovação pela fiscalização e pelo gestor do contrato, conforme cronograma físico-financeiro (Anexo IIIb).

Cada parcela estará condicionada à entrega e aceite de produtos (serviços executados, testes e relatórios).

5.3 Prazos

Início da execução: até **07 (sete) dias corridos** após a emissão da Ordem de Serviço (OS), o prazo de execução: **12 (doze) meses**, contados da emissão da OS e a vigência contratual: **14 (quatorze) meses**, abrangendo execução, recebimento provisório, recebimento definitivo e encerramento administrativo.

5.4 Fiscalização e validação técnica

Todas as etapas deverão ser discutidas, acompanhadas e aprovadas pela fiscalização e pelo gestor do contrato, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Caberá à contratada propor metodologias, tecnologias e soluções executivas, submetendo-as previamente à aprovação da Administração.



5.5 Cronograma físico-financeiro

O cronograma será **único e definitivo**, aprovado previamente pela Administração, devendo contemplar todas as etapas significativas da obra, execução, testes e entrega final, as alterações somente serão admitidas em caso de **força maior, caso fortuito ou por interesse público devidamente motivado**.

5.6 Especificações técnicas

O memorial descritivo, projetos, planilhas de quantidades e preços, relatórios e demais instrumentos técnicos (Anexo IIIc a IIIf) deverão ser submetidos à análise da fiscalização e aprovados formalmente para validação.

5.7 Transferência de riscos

A contratada assume integral responsabilidade pela execução, devendo entregar o empreendimento em conformidade com o escopo contratado, independentemente de falhas ou omissões do projeto fornecido pela Administração.

6 ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

Será exigida da contratada **garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato**, podendo ser prestada em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021:

- caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro-garantia; fiança bancária. A Administração poderá, em caso de constatação de alta complexidade técnica, valor expressivo ou riscos financeiros relevantes, exigir garantia contratual de até **10% (dez por cento)** do valor inicial do contrato, conforme art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

A garantia deverá ser apresentada pela contratada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, permanecendo válida durante toda a vigência contratual, inclusive em eventuais prorrogações.

Sem prejuízo da garantia contratual, aplica-se a **garantia legal de 5 (cinco) anos**, prevista no art. 618 do Código Civil, período no qual a contratada responderá pela solidez e segurança da obra, abrangendo tanto os serviços executados quanto os materiais empregados.

A contratada será responsável pela correção, reparo ou substituição, às suas expensas, de quaisquer vícios, defeitos, falhas de execução ou irregularidades constatadas no período de garantia, independentemente de dolo ou culpa, devendo recompor integralmente as condições de desempenho e segurança do empreendimento.

As condições de manutenção e assistência técnica incluem:



- execução de testes de operação e desempenho, a fim de comprovar a conformidade das soluções implantadas;
- acompanhamento técnico durante o período de garantia, mediante disponibilização de equipe apta a atender demandas da fiscalização;
- elaboração de relatório final de entrega com instruções de operação e manutenção preventiva do sistema de drenagem;
- suporte para esclarecimentos técnicos e capacitação dos servidores designados pela Administração para acompanhar a operação do sistema.

A liberação da garantia contratual somente ocorrerá após o recebimento definitivo do objeto, mediante termo formal da Administração, e desde que não haja pendências de natureza técnica, financeira ou jurídica.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

A gestão do contrato será conduzida pela Administração Municipal com base nos princípios da legalidade, eficiência, transparência e responsabilidade, em conformidade com os arts. 115 a 121 da Lei nº 14.133/2021 e a IN Municipal nº 02/23 – NLLC. O acompanhamento se dará por meio de **Gestor de Contrato e Fiscais Técnicos formalmente designados**, responsáveis por verificar a conformidade da execução com o escopo contratado, registrar ocorrências, exigir correções e atestar a execução para fins de liquidação e pagamento.

O modelo adotado enfatiza a **segregação de funções**, a **rastreabilidade documental** e a **transferência de riscos** à contratada, que deverá entregar o empreendimento em conformidade com os projetos e especificações, além de responder integralmente por eventuais vícios, defeitos ou danos. Toda a execução será documentada em relatórios periódicos de acompanhamento, assegurando **transparência e controle** perante os órgãos de fiscalização interna e externa.

7.1. Base normativa: A gestão contratual seguirá os princípios e regras previstos nos arts. 115 a 121 da Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal e na IN nº 02/23 – NLLC, assegurando observância à segregação de funções, à rastreabilidade dos atos administrativos e ao controle interno e externo. O contrato será executado fielmente pelas partes, e cada uma responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Designação de gestores e fiscais: O acompanhamento da execução será realizado por **Gestor de Contrato e Fiscais Técnicos**, designados por portaria da autoridade competente. Compete ao gestor coordenar a execução, consolidar informações e interagir com a contratada, enquanto os fiscais, cada um em sua área, verificarão a conformidade técnica dos serviços executados, registrarão ocorrências em relatórios próprios e determinarão correções quando necessárias. A fiscalização atuará de forma preventiva, mitigando riscos de atrasos, falhas técnicas ou descumprimentos contratuais.



7.3. Preposto da contratada: A contratada deverá manter, no canteiro de obras, **preposto formalmente indicado e aceito pela Administração**, com poderes para representá-la e responder imediatamente a solicitações da fiscalização. Esse representante técnico-administrativo deverá ter autonomia para adotar providências corretivas, agilizando a comunicação entre as partes e garantindo a continuidade dos serviços.

7.4. Obrigações de transparência e apoio técnico: A contratada deverá fornecer, sempre que solicitado, relatórios de progresso, memoriais descritivos, projetos revisados, cronogramas atualizados, documentos de licenciamento ambiental e registros de segurança do trabalho. Essa obrigação garante **transparência** e subsidia a fiscalização com informações atualizadas para a tomada de decisão, além de servir como evidência documental em auditorias.

7.5. Governança e integridade: O modelo de gestão observará os princípios da **governança pública** e as diretrizes de integridade previstas na IN nº 02/23 – NLLC, incluindo:

- segregação de funções entre setores de planejamento, execução e controle;
 - análise e mitigação de riscos contratuais;
 - mecanismos de prevenção a fraudes, corrupção e conflitos de interesse;
 - registro de todas as decisões e justificativas em sistema oficial da Administração.
- Esse arcabouço fortalece a legalidade, a eficiência e a transparência da execução contratual.

7.6. Responsabilidade da contratada: Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratada responderá por:

- corrigir, reparar ou substituir, às suas expensas, quaisquer falhas, vícios ou defeitos verificados na execução (art. 119);
- indenizar danos causados à Administração ou a terceiros, independentemente da fiscalização (art. 120);
- arcar com encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes do contrato (art. 121).
- Essa responsabilidade é integral e independe da atuação da Administração, configurando verdadeira **transferência de riscos** à contratada.

7.7. Fiscalização técnica: A fiscalização compreenderá a análise e acompanhamento dos projetos básicos e executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, medições mensais, relatórios de vistoria e boletins de pagamento. A Administração somente atestará e liberará pagamentos após verificar a conformidade dos serviços com os parâmetros técnicos e contratuais. Em caso de irregularidades, os serviços serão rejeitados, cabendo à contratada refazê-los às suas expensas.

7.8. Relatórios de acompanhamento e auditoria: Toda a execução contratual deverá ser registrada em **relatórios periódicos de acompanhamento**, contendo medições, registros fotográficos, atas de reunião,



relatórios de vistoria e pareceres técnicos. Esses relatórios integrarão o processo administrativo, permitindo auditorias pelos órgãos de controle interno e externo e garantindo plena transparência à sociedade.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor será conduzida de forma a assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração, equilibrando vantajosidade econômica, qualidade técnica e sustentabilidade do empreendimento. Por se tratar de obra de engenharia de natureza **estruturante**, de elevado impacto social, urbano e ambiental, optou-se pelo critério de julgamento **Menor Preço**, previsto no art. 33 da Lei nº 14.133/2021, como a forma mais adequada para assegurar a correta execução e a durabilidade das soluções adotadas.

A escolha desse critério encontra respaldo no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, que demonstra a necessidade de privilegiar a experiência técnica das empresas concorrentes, bem como na **Política Municipal de Governança e Integridade** prevista na IN nº 02/23 – NLLC e no **Termo de Compromisso da Administração**, que estabelecem diretrizes de transparência, rastreabilidade e segregação de funções.

O processo licitatório será realizado na **modalidade Concorrência, sob a forma eletrônica**, assegurando ampla competitividade, publicidade e igualdade de condições entre os licitantes. O julgamento considerará tanto a **capacidade técnico-profissional e técnico-operacional** das empresas, quanto a **exequibilidade econômico-financeira** das propostas, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, a Administração busca selecionar empresa que apresente não somente o menor preço, mas também a melhor qualificação técnica, assegurando que a obra atenda plenamente ao interesse público em todas as fases do seu ciclo de vida e reduza riscos técnicos, jurídicos e financeiros.

8.1. Forma de Seleção: O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na **modalidade Concorrência, sob a forma eletrônica**, assegurada ampla publicidade, isonomia entre os concorrentes e julgamento objetivo, nos termos dos arts. 28, II, e 29 da Lei nº 14.133/2021.

A opção pela Concorrência Eletrônica se justifica pela **ampla competitividade**, pelo porte do objeto e pela necessidade de garantir transparência em todas as etapas do processo.

8.2. Critério de Julgamento: Considerando a natureza estruturante da obra de Construção da Creche/Escola do bairro Quingoma, o critério de julgamento adotado será o de **Menor Preço**.

Esse critério garante a seleção da proposta mais vantajosa, conciliando vantajosidade econômica com qualidade técnica comprovada, mitigando riscos de soluções inadequadas e assegurando a durabilidade e eficiência do empreendimento.



Tal proporção justifica-se em razão da **relevância do objeto licitado**, que envolve obra de engenharia de elevado impacto social, urbano e ambiental, demandando soluções de qualidade técnica, metodologias construtivas adequadas, equipe multidisciplinar especializada e adoção de práticas sustentáveis.

8.3. Critérios de Avaliação Técnica: A avaliação técnica das propostas será realizada de forma objetiva e documentada, em conformidade com os arts. da Lei nº 14.133/2021, observando parâmetros que assegurem transparência, razoabilidade e proporcionalidade.

Serão considerados os seguintes critérios:

- a) . Atestado(s) de capacidade técnica, em nome profissional de nível superior pertencente ao quadro técnico da empresa, devidamente comprovado, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por estes Conselhos, que comprovem que a licitante tenha executado serviços de obras similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação, executadas materiais semelhantes ou superiores às requeridas para execução dos itens de maior relevância, que levou em consideração os serviços contidos na planilha orçamentária, para comprovação nas Certidão(ões) de Acervo Técnico CAT's de 50% dos quantitativos dos serviços de maior relevância, conforme planilha abaixo:

LISTA DE SERVIÇOS DE MAIOR RELEVÂNCIA EXECUTIVA/TÉCNICA - TÉCNICO-OPERACIONAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE 100%	PARCELA 50%
01	ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA EM TELHA TERMOISOLANTE REVESTIDA EM ACO GALVALUME - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	kg	9.693,31	4.846,66
02	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA	m²	2.663,1	1.331,54
03	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA	m²	3.539,4	1.769,70
04	TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO, 112,5 KVA, TRIFÁSICO, 60 HZ, CLASSE 15 KV, INSTALAÇÃO EM POSTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	und	1,0	1,00
05	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE	und	1,0	1,00

LISTA DE SERVIÇOS DE MAIOR RELEVÂNCIA EXECUTIVA/TÉCNICA - TÉCNICO-PROFISSIONAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE 100%	PARCELA 50%
------	-----------	-----	-----------------	-------------



01	ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA EM TELHA TERMOISOLANTE REVESTIDA EM ACO GALVALUME - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	kg		
02	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA	m²		
03	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA	m²		
04	TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO, 112,5 KVA, TRIFÁSICO, 60 HZ, CLASSE 15 KV, INSTALAÇÃO EM POSTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	und		
05	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE	und		

8.4. Critérios de Avaliação de Preço: a avaliação de preço deverá assegurar **economicidade, exequibilidade e compatibilidade com o mercado**, buscando a proposta **mais vantajosa** para a Administração (art. 5º e art. 59 da Lei nº 14.133/2021). A análise será **objetiva e documentada**, tomando como referência o **orçamento estimado** (com data-base definida), as **tabelas oficiais** aplicáveis (p. ex., SINAPI/SICRO) e as **condições de pagamento** previstas no edital e no contrato.

a) Conformidade com a planilha estimativa, A proposta deverá observar rigorosamente a **planilha de quantidades e preços** fornecida pela Administração (Anexo IIIa), contemplando todos os itens previstos, sem exclusões ou inserções indevidas, de modo a assegurar a comparabilidade entre os licitantes.

Os preços unitários e globais deverão ser apresentados em reais (R\$), com duas casas decimais, em conformidade com os princípios da isonomia, julgamento objetivo e vinculação ao edital (art. 5º, XI, da Lei nº 14.133/2021) e com as recomendações do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nº 2.622/2013, nº 775/2015 e nº 1.793/2011 – Plenário).

Não serão aceitos:

- Valores com três ou mais casas decimais. Caso apresentados, serão considerados apenas os dois primeiros dígitos após a vírgula, desprezando-se as demais casas decimais, independentemente do valor. Tal medida visa assegurar a uniformidade na análise das propostas, prevenir manipulações em centavos que possam comprometer a isonomia entre os licitantes e garantir a objetividade do julgamento, em conformidade com a jurisprudência do TCU.
- valores unitários ou globais superiores aos orçados pela Administração, quando assim definido no edital;
- omissão de itens obrigatórios da planilha ou alterem descrições;
- manipular valores unitários para compensar outros itens, em prática conhecida como *jogo de planilha*, em desacordo com o art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

Será verificada a compatibilidade entre os preços unitários e o valor global da proposta.



b) Exequibilidade e Demonstração de Custos (art. 59), serão consideradas inexequíveis as propostas que não demonstrarem viabilidade econômico-financeira para a execução integral do objeto, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

Sempre que os preços ofertados apresentarem valores significativamente inferiores ao orçamento estimado ou aos parâmetros de mercado, a Administração poderá instaurar diligência específica, solicitando comprovação por meio de:

planilhas de composição analítica de custos e formação de preços, contemplando insumos, produtividade, encargos sociais e BDI;

cotações de mercado atualizadas, emitidas por fornecedores idôneos;

contratos ou propostas de fornecimento já firmados pela empresa;

tabelas e referenciais oficiais, como SINAPI, SICRO ou outras fontes reconhecidas;

documentos equivalentes capazes de atestar a exequibilidade dos valores apresentados.

A ausência de comprovação satisfatória ou a apresentação de justificativas inconsistentes resultará na desclassificação da proposta, com registro circunstanciado em ata ou parecer técnico, de forma a garantir julgamento objetivo, motivação e segurança jurídica.

c) Vedação a Preço Simbólico/Zero e Desbalanceamento, fica vedada a apresentação de preços simbólicos, irrisórios ou nulos que comprometam a exequibilidade. Será analisado o desbalanceamento da planilha (subpreço por item), especialmente em itens críticos (mobilização, estruturas, geotecnia, drenagem profunda, gestão ambiental). O edital poderá prever:

- limites percentuais de desvio por item em relação ao referencial;
- obrigação de **readequação** da planilha quando caracterizado desbalanceamento relevante;
- **desclassificação** se o ajuste não for possível sem alterar a essência da proposta.

d) Regularidade da Composição de Preços, serão verificados: (i) **coerência** entre valores unitários e globais; (ii) **ausência de erros materiais/aritméticos**; (iii) **inclusão de encargos** sociais, trabalhistas, previdenciários e tributários; (iv) **custos indiretos** aderentes (canteiro, mobilização/desmobilização, seguros, garantia, ART/RRT quando cabível, assistência técnica, gestão de resíduos e controles ambientais, PPCI/SPDA quando aplicável). Erros aritméticos poderão ser **corrigidos** pela Administração, mantendo-se o **conteúdo econômico** da proposta e a **classificação relativa**.

e) Sustentabilidade Orçamentária e Fluxo de Pagamentos, a proposta deverá acomodar as condições de pagamento e o **cronograma físico-financeiro** (sem antecipações não previstas ou condicionantes inadequados). Propostas que dependam de fluxos financeiros incompatíveis com o cronograma contratual ou com a dotação orçamentária demonstram risco de execução e poderão ser glosadas.



f) **Data-base, Atualização e Reajuste**, os preços devem estar referidos à **data-base** fixada no edital. Atualizações/reajustes seguirão o que estiver **contratualmente previsto**, não compondo a **nota de preço**, mas influenciando a **exequibilidade** (a proposta deve ser viável nas condições de pagamento e no período até o primeiro reajuste previsto).

g) **Critérios Objetivos de Julgamento do Preço**, para o julgamento por Menor Preço, as propostas consideradas inexecutáveis ou excessivas serão desclassificadas.

h) **Transparência e Rastreabilidade**, toda a análise deverá constar em relatório circunstanciado (planilha comparativa, justificativas de diligências, pareceres técnicos), garantindo julgamento objetivo, motivação e segurança jurídica.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

A medição e o pagamento da obra seguirão o princípio da contratação por escopo e preço global, característico do contrato por licitação. Dessa forma, a Administração não remunera por insumos ou quantitativos isolados, mas sim por etapas concluídas do objeto, devidamente atestadas pela fiscalização.

O fluxo financeiro será definido a partir de um cronograma físico-financeiro previamente aprovado, no qual cada parcela de pagamento estará vinculada à entrega de marcos técnicos relevantes, como projetos aprovados, licenças ambientais obtidas, fases da obra executadas, testes e comissionamento.

Os pagamentos somente serão liberados após a comprovação da conformidade da execução com os parâmetros técnicos e legais, o ateste do gestor e dos fiscais do contrato e a comprovação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada. Dessa forma, a Administração assegura a transparência, a rastreabilidade e a eficiência na gestão do recurso público, em consonância com o ETP e com as diretrizes do Termo de Compromisso.

Forma de remuneração: A remuneração da contratada ocorrerá pelo **regime de empreitada por preço global**, com pagamentos vinculados à entrega de etapas concluídas do objeto.

Medições vinculadas a marcos de execução: As medições serão realizadas com base em etapas físicas e documentais previamente estabelecidas no cronograma físico-financeiro (Anexo IIIb).

Condições para pagamento:

- Emissão de boletins de medição acompanhados de relatórios técnicos, memoriais de execução e registros fotográficos;
- Atesto do gestor e dos fiscais do contrato;
- Comprovação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista;
- Vedação ao pagamento antecipado, salvo hipóteses legais com contragarantias.

Periodicidade e fluxo

- Periodicidade **mensal**;



- Prazo máximo de **30 dias** para análise, conferência e liquidação após entrega da documentação completa.

Retenção e glosas

- Possibilidade de retenção ou glosa proporcional em caso de não conformidade;
- Retenção de valores para cobertura de encargos trabalhistas, previdenciários ou fiscais, se houver inadimplência.

Etapas típicas para medição

Etapa 1: Execução inicial das obras civis (infraestrutura, superestrutura, cobertura);

Etapa 2: Execução intermediária da obra (instalações, revestimentos, pavimentações);

Etapa 3: Execução final e urbanização (acabamentos, pintura, urbanização);

Etapa 4: Serviços complementares, testes e entrega definitiva.

Pagamento final: O pagamento da última parcela ficará condicionado ao recebimento definitivo **do objeto**, mediante termo formal da Administração e apresentação da cessão de direitos patrimoniais (as built).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Termo de Repasse

Contrato: 10971-21

Valor inicial: R\$3.341.680,94

Vigência: 26/08/2028.

Erário Municipal

Gestão/Unidade: 10 Secretaria Municipal de Educação, 1001 Fundo Municipal de Educação

Fonte de Recursos: 15001001

Programa/ Ação: 0009 / 1034 – Construção do Centro Municipal de Educação Infantil

Elemento de Despesa: 44905199 - Obras e Instalações

A contratação proposta, embora não prevista originalmente no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município, é juridicamente válida e tecnicamente justificada, diante da urgente necessidade de execução da obra “CRECHE DO QUINGOMA”, tendo em vista que existe convênio junto a Entidade Federal, além de ser essencial para garantir a continuidade e a segurança dos serviços prestados à população.

A legislação vigente, especialmente o Decreto Federal nº 10.947/2022 em seu art.16, admite a atualização do PCA em razão de fatos supervenientes devidamente justificados, que demandam resposta imediata da Administração, como é o caso presente. Assim, a ausência de previsão no plano não configura impedimento legal, desde que a contratação atenda ao interesse público e observe os princípios da legalidade, eficiência e continuidade do serviço público.



Ademais, é importante observar que a flexibilização do planejamento se impõe em razão do dever constitucional de continuidade dos serviços públicos, sendo atribuição da Administração promover os ajustes necessários para assegurar o interesse público, ainda que diante da ausência de previsão anterior.

Portanto, a presente contratação, embora não prevista no Plano de Contratações Anual, encontra respaldo técnico e jurídico na legislação vigente, estando alicerçada nos princípios da razoabilidade, eficiência e continuidade do serviço público, além de possuir fundamentação suficiente para eventual inclusão extemporânea no PCA, conforme autorizado pela normativa aplicável.

Para fins deste ETP, declara-se que a presente contratação está alinhada com os objetivos da Secretaria de Educação, visando a oferta de vagas a fim de gerar inclusão e qualidade do ambiente escolar, conforme os princípios da igualdade e eficiência insculpidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

O CONTRATADO, obriga-se a fornecer mão-de-obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas.

Registrar este Contrato no CREA e apresentar ao CONTRATANTE o comprovante de ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) correspondente, antes da emissão da primeira fatura. A inobservância desta exigência implicará em retenção do pagamento correspondente.

Obter junto à Prefeitura Municipal, conforme o caso, o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Atentar, em relação ao material, para todas as disposições e especificações constantes no Memorial Descritivo, Projetos e Planilhas.

Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Memorial Descritivo.

Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido neste instrumento e as especificações constantes no Memorial Descritivo e anexos do termo, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção.



Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- d. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- e. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - b.1. resíduos - Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - b.2. resíduos - Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - b.3. resíduos - Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
 - b.4. resíduos - Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- f. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído



para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos à execução da reforma.

Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Responder pelo pagamento dos salários devidos aos empregados e encargos trabalhistas, bem como pelos registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes à execução dos serviços ora contratados.

Arcar com todos os tributos incidentes sobre este Contrato, bem como sobre a sua atividade, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.

Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e telefônicas.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência da obra.

Manter seu pessoal devidamente identificado através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's;

Manter sediado junto à Administração, durante os turnos de trabalho, preposto capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração.



Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Memorial Descritivo/Especificação Técnica;

Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;

Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

Comunicar ao CONTRATANTE, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público;

Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como agendar, junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos, vistorias com vistas à obtenção de licenças e regularização dos serviços e obras concluídos (Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no presente ou neste contrato;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação e qualificação no certame licitatório;

Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados utilizados na execução dos serviços.



12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Fiscalização

A coordenação do contrato, bem como a Fiscalização da execução da obra será realizada pelo município, por técnicos designados, a quem compete verificar se a Licitante vencedora está executando os trabalhos, observando o Cronograma Físico-Financeiro do contrato, Projeto básico, Especificações Técnicas, Memoriais Descritivos, de acordo com os demais documentos que integram o Contrato.

A Fiscalização Poderá designar o acompanhamento, gerenciamento, supervisão e fiscalização da obra por uma Empresa Especializada, mediante procedimento de licitação específica, à sua Contratação, que passará a ser Denominada Gerenciadora, em atendimento ao que determina o Manual Específico da Portaria 164/2013 e suas Alterações.

A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a Licitante vencedora mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta aos ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS, CADIN ou certidões comprobatórias.

A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento dos fatos à autoridade competente, responsável pela execução do contrato.

Caberá à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

Fica assegurado aos técnicos do MUNICÍPIO o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela licitante vencedora, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.



A Fiscalização promoverá reuniões periódicas de acompanhamento com a Contratada, para avaliação do andamento físico-financeiro da obra, análise dos riscos identificados e discussão de eventuais medidas corretivas., observando os princípios constitucionais e os dispositivos da Lei nº 14.133/2021.

13. DEMAIS DOCUMENTOS (ANEXOS)

13.1 São ainda, documentos integrantes deste TR:

ANEXO I: Modelo da Proposta Comercial.

ANEXO II: Vistoria Técnica ao Local das Obras/Serviços.

- a) Modelo Declaração Vistoria Técnica ao Local das Obras/Serviços;
- b) Modelo Atestado de Ciência do Objeto.

ANEXO III: Instrumentos Técnicos.

- a) Planilha Estimativa de Quantidades e Preços;
- b) Cronograma Físico-Financeiro;
- c) Memorial Descritivo da Contratação;
- d) Composição do BDI adotado;
- e) Composição de Encargos Sociais;

ANEXO IV: Lista de Serviços Relevantes + Curva ABC de Serviços.

ANEXO V: Portarias do Gestor & Fiscalização

Lauro de Freitas/BA, 01 de junho de 2026.

Fernanda Giacomini do Espírito Santos
Matrícula 122833-4

Gabriela Araújo Miranda de Souza
Matrícula 956635

Tamires Silva de Andrade
Secretária Municipal de Educação
Matrícula nº 120.805-3



ANEXO I DO TR
MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

Dados do proponente:....

Razão social:....

Cnpj:....

Endereço:...

Fone:..

E-mail :...

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS - BAHIA

NESTA

Prezados Senhores,

Tendo examinado o presente n.º ____/2025 e seus elementos técnicos constitutivos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para contratação de pessoa jurídica por meio de licitação para execução de obra da CRECHE/PRÉ-ESCOLA, bairro do Quingoma no município de Lauro de Freitas, no Estado da Bahia pelo valor global de R\$ _____, (VALOR TOTAL POR EXTENSO, EM REAIS), de acordo as especificações e quantitativos estimados neste e seus anexos e com a planilha de preços em anexo, que é parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços detalhados, no prazo fixado neste e conforme Especificações Técnicas, a contar da data da assinatura do contrato. Caso nossa proposta seja aceita, obteremos e efetuaremos as garantias financeiras previstas neste, para a realização do contrato.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a realizar o serviço no prazo de ____ (____) _____, a contar da data de assinatura do Contrato.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas, ou seja, __/__/__, representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto ao MUNICÍPIO o Sr. _____, carteira de Identidade nº _____, Órgão Expedidor _____, ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa.

Declaramos, ainda, nossa plena concordância com as condições constantes no presente e seus anexos e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos incidentes sobre as obras/serviços e fornecimentos.

Empresa Licitante

CNPJ nº.

Assinatura do representante legal



ANEXO IIa DO TR
MODELO DECLARAÇÃO VISTORIA TÉCNICA AO LOCAL DAS OBRAS/SERVIÇOS

A Licitante (**NOME DA EMPRESA**), inscrita no CNPJ/MF nº (**CNPJ DA EMPRESA**), por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei que visitou o local onde serão executadas as obras, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da nossa proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução das obras, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

Cidade, _____ de _____ de 202X.

Assinatura do Representante legal
(Nome completo)
(Identificação)

Assinatura do Responsável Técnico
(Nome completo)
CREA

ANEXO II b
MODELO DE ATESTADO DE CIÊNCIA DO OBJETO

Atestamos para o fim que se estabelece o item 4.3 deste TR, que o Sr. (a)....., portador (a) da carteira do CREA nº....., representando a empresa, visitou o local das obras objeto da presente licitação.

Lauro de Freitas, _____ de _____ de 202x.

Engenheiro da



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO III - INSTRUMENTOS TÉCNICOS

**OS ANEXOS SERÃO DISPONIBILIZADOS JUNTAMENTO COM O EDITAL NO SÍTIO ELETRÔNICO:
[HTTPS://WWW.LICITANET.COM.BR](https://www.licitanet.com.br)**



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

LAURO DE FREITAS /BA, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

LAURO DE FREITAS /BA, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO IV
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL

DADOS DA LICITAÇÃO		
CONCORRÊNCIA Nº	PROCESSO Nº	OBJETO

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
ENDEREÇO		
TELEFONE	FAX	EMAIL
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº

DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO		
NOME		
RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF

VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS	PRAZO DE EXECUÇÃO
--------------------------------	-------------------

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR TOTAL
1	Construção da CRECHE/PRÉ-ESCOLA, bairro do Quingoma, município de Lauro de Freitas/BA.	SERV.	1	

OBSERVAÇÕES:

1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.



ANEXO VI
MINUTA DO CONTRATO

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para _____ [prestação de serviços/fornecimento contínuo] na forma abaixo.

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na _____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA**, por meio da Secretária Municipal de educação a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], e a empresa _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2025, realizado por meio do processo administrativo nº **14354/2025** que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

Contratação de pessoa jurídica por meio de licitação para execução de obra da CRECHE/PRÉ-ESCOLA, bairro do Quingoma no município de Lauro de Freitas/BA; com fornecimento de materiais e equipamentos, testes, aprovações e entrega final do empreendimento, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Concorrência Eletrônico nº 005/2025), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº 14354/2025, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ _____ (_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

4.1. A medição e o pagamento da obra seguirão o princípio da contratação por escopo e preço global, característico do contrato por licitação. Dessa forma, a Administração não remunera por insumos ou quantitativos isolados, mas sim por etapas concluídas do objeto, devidamente atestadas pela fiscalização.

4.2. O fluxo financeiro será definido a partir de um cronograma físico-financeiro previamente aprovado, no qual cada



parcela de pagamento estará vinculada à entrega de marcos técnicos relevantes, como projetos aprovados, licenças ambientais obtidas, fases da obra executadas, testes e comissionamento.

4.3. Os pagamentos somente serão liberados após a comprovação da conformidade da execução com os parâmetros técnicos e legais, o ateste do gestor e dos fiscais do contrato e a comprovação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada. Dessa forma, a Administração assegura a transparência, a rastreabilidade e a eficiência na gestão do recurso público, em consonância com o ETP e com as diretrizes do Termo de Compromisso.

4.4. **Forma de remuneração:** A remuneração da contratada ocorrerá pelo **regime de empreitada por preço global**, com pagamentos vinculados à entrega de etapas concluídas do objeto.

4.5. **Medições vinculadas a marcos de execução:** As medições serão realizadas com base em etapas físicas e documentais previamente estabelecidas no cronograma físico-financeiro (Anexo IIIB).

4.6. Condições para pagamento:

- Emissão de boletins de medição acompanhados de relatórios técnicos, memoriais de execução e registros fotográficos;
- Atesto do gestor e dos fiscais do contrato;
- Comprovação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista;
- Vedação ao pagamento antecipado, salvo hipóteses legais com contragarantias.

4.7. Periodicidade e fluxo

- Periodicidade **mensal**;
- Prazo máximo de **30 dias** para análise, conferência e liquidação após entrega da documentação completa.

4.8. Retenção e glosas

- Possibilidade de retenção ou glosa proporcional em caso de não conformidade;
- Retenção de valores para cobertura de encargos trabalhistas, previdenciários ou fiscais, se houver inadimplência.



4.9. Etapas típicas para medição

- Etapa 1: Execução inicial das obras civis (infraestrutura, superestrutura, cobertura);
- Etapa 2: Execução intermediária da obra (instalações, revestimentos, pavimentações);
- Etapa 3: Execução final e urbanização (acabamentos, pintura, urbanização);
- Etapa 4: Serviços complementares, testes e entrega definitiva.

4.10. Pagamento final: O pagamento da última parcela ficará condicionado ao recebimento definitivo **do objeto**, mediante termo formal da Administração e apresentação da cessão de direitos patrimoniais (as built).

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

5.1. Os preços contratuais serão reajustados no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data base do orçamento (.....), pela variação do Índice Nacional da Construção Civil–INCC, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, e publicado na seção de Índices Econômicos da Revista Conjuntura Econômica, sendo o índice inicial referente a data base do orçamento.

5.2. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa do CONTRATADO conforme cronograma físico aprovado pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

5.3. Caso decorra período superior a um ano contado a partir da data base do orçamento, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

5.4. O reajuste será realizado por Apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

6.1. – O equilíbrio econômico-financeiro inicial será preservado durante a execução, admitindo-se revisão para restabelecimento em hipóteses legais (art. 124, II, “d”, e art. 131 da Lei nº 14.133/2021), observada a matriz objetiva de riscos, quando houver.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

7.1. A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de referência (Anexo I do Edital de Concorrência Eletrônica nº 005/2025).

7.2. O modelo de execução adotado será **indireto, em regime de Empreitada por Preço Global**, abrangendo a elaboração execução integral da obra, fornecimento de materiais, equipamentos e entrega final do empreendimento em plenas condições de uso.

As principais diretrizes do modelo de execução são:

7.3. Escopo fechado por resultado (contratação por escopo)

A contratada se responsabilizará pela entrega do empreendimento completo, sendo vedadas medições parciais por insumos ou quantitativos unitários.

A remuneração se dará pelo resultado final pactuado, ainda que haja necessidade de ajustes ou adequações de projeto.

7.4. Pagamentos vinculados a etapas do cronograma físico-financeiro

Os pagamentos ocorrerão com base em **etapas mensais pré-definidas**, após aprovação pela fiscalização e pelo gestor do contrato, conforme cronograma físico-financeiro (Anexo IIb).

Cada parcela estará condicionada à entrega e aceite de produtos (serviços executados, testes e relatórios).

7.5. Prazos



Início da execução: até **07 (sete) dias corridos** após a emissão da Ordem de Serviço (OS), o prazo de execução: **12 (doze) meses**, contados da emissão da OS e a vigência contratual: **14 (quatorze) meses**, abrangendo execução, recebimento provisório, recebimento definitivo e encerramento administrativo.

7.6. Fiscalização e validação técnica

Todas as etapas deverão ser discutidas, acompanhadas e aprovadas pela fiscalização e pelo gestor do contrato, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Caberá à contratada propor metodologias, tecnologias e soluções executivas, submetendo-as previamente à aprovação da Administração.

7.7. Cronograma físico-financeiro

O cronograma será **único e definitivo**, aprovado previamente pela Administração, devendo contemplar todas as etapas significativas da obra, execução, testes e entrega final, as alterações somente serão admitidas em caso de **força maior, caso fortuito ou por interesse público devidamente motivado**.

7.8. Especificações técnicas

O memorial descritivo, projetos, planilhas de quantidades e preços, relatórios e demais instrumentos técnicos (Anexo IIIc a IIIf) deverão ser submetidos à análise da fiscalização e aprovados formalmente para validação.

7.9. Transferência de riscos

A contratada assume integral responsabilidade pela execução, devendo entregar o empreendimento em conformidade com o escopo contratado, independentemente de falhas ou omissões do projeto fornecido pela Administração.

CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A gestão do contrato será conduzida pela Administração Municipal com base nos princípios da legalidade, eficiência, transparência e responsabilidade, em conformidade com os arts. 115 a 121 da Lei nº 14.133/2021 e a IN Municipal nº 02/23 – NLLC.

8.2. O acompanhamento se dará por meio de **Gestor de Contrato e Fiscais Técnicos formalmente designados**, responsáveis por verificar a conformidade da execução com o escopo contratado, registrar ocorrências, exigir correções e atestar a execução para fins de liquidação e pagamento.

8.3. Foram designados, através da PORTARIA SEMED Nº 73, DE 12 DE JUNHO DE 2026, os servidores abaixo indicados para exercerem as funções de Gestão e Fiscalização de Contrato para execução de obra da CRECHE/PRÉ-ESCOLA, bairro do Quingoma:

Gestor do Contrato: Fernanda Giacomini do Espírito Santo, matrícula nº 122833-4, lotado no Departamento de Infraestrutura, da Secretaria da Educação.

- **Fiscal Administrativo:** Ilana Santos dos Santos, matrícula nº 126097, lotada no Departamento de Contratos, da Secretaria da Educação.

- **Fiscal Técnico:** Gabriela Araujo Miranda de Souza, matrícula nº 956635, lotada no



Departamento de Infraestrutura, da Secretaria da Educação.

8.4. O modelo adotado enfatiza a **segregação de funções**, a **rastreabilidade documental** e a **transferência de riscos** à contratada, que deverá entregar o empreendimento em conformidade com os projetos e especificações, além de responder integralmente por eventuais vícios, defeitos ou danos. Toda a execução será documentada em relatórios periódicos de acompanhamento, assegurando **transparência e controle** perante os órgãos de fiscalização interna e externa.

8.5. **Base normativa:** A gestão contratual seguirá os princípios e regras previstos nos arts. 115 a 121 da Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal e na IN nº 02/23 – NLLC, assegurando observância à segregação de funções, à rastreabilidade dos atos administrativos e ao controle interno e externo. O contrato será executado fielmente pelas partes, e cada uma responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.6. **Designação de gestores e fiscais:** O acompanhamento da execução será realizado por **Gestor de Contrato e Fiscais Técnicos**, designados por portaria da autoridade competente. Compete ao gestor coordenar a execução, consolidar informações e interagir com a contratada, enquanto os fiscais, cada um em sua área, verificarão a conformidade técnica dos serviços executados, registrarão ocorrências em relatórios próprios e determinarão correções quando necessárias. A fiscalização atuará de forma preventiva, mitigando riscos de atrasos, falhas técnicas ou descumprimentos contratuais.

8.7. **Preposto da contratada:** A contratada deverá manter, no canteiro de obras, **preposto formalmente indicado e aceito pela Administração**, com poderes para representá-la e responder imediatamente a solicitações da fiscalização. Esse representante técnico-administrativo deverá ter autonomia para adotar providências corretivas, agilizando a comunicação entre as partes e garantindo a continuidade dos serviços.

8.8. **Obrigações de transparência e apoio técnico:** A contratada deverá fornecer, sempre que solicitado, relatórios de progresso, memoriais descritivos, projetos revisados, cronogramas atualizados, documentos de licenciamento ambiental e registros de segurança do trabalho. Essa obrigação garante **transparência** e subsidia a fiscalização com informações atualizadas para a tomada de decisão, além de servir como evidência documental em auditorias.

8.9. **Governança e integridade:** O modelo de gestão observará os princípios da **governança pública** e as diretrizes de integridade previstas na IN nº 02/23 – NLLC, incluindo:

- segregação de funções entre setores de planejamento, execução e controle;
 - análise e mitigação de riscos contratuais;
 - mecanismos de prevenção a fraudes, corrupção e conflitos de interesse;
 - registro de todas as decisões e justificativas em sistema oficial da Administração.
- Esse arcabouço fortalece a legalidade, a eficiência e a transparência da execução contratual.

8.10. **Responsabilidade da contratada:** Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratada responderá por:



- corrigir, reparar ou substituir, às suas expensas, quaisquer falhas, vícios ou defeitos verificados na execução (art. 119);
- indenizar danos causados à Administração ou a terceiros, independentemente da fiscalização (art. 120);
- arcar com encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes do contrato (art. 121).
- Essa responsabilidade é integral e independe da atuação da Administração, configurando verdadeira **transferência de riscos** à contratada.

8.11. **Fiscalização técnica:** A fiscalização compreenderá a análise e acompanhamento dos projetos básicos e executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, medições mensais, relatórios de vistoria e boletins de pagamento. A Administração somente atestará e liberará pagamentos após verificar a conformidade dos serviços com os parâmetros técnicos e contratuais. Em caso de irregularidades, os serviços serão rejeitados, cabendo à contratada refazê-los às suas expensas.

8.12. **Relatórios de acompanhamento e auditoria:** Toda a execução contratual deverá ser registrada em **relatórios periódicos de acompanhamento**, contendo medições, registros fotográficos, atas de reunião, relatórios de vistoria e pareceres técnicos. Esses relatórios integrarão o processo administrativo, permitindo auditorias pelos órgãos de controle interno e externo e garantindo plena transparência à sociedade.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Termo de Repasse

Contrato: 10971-21

Valor inicial: R\$3.341.680,94

Vigência: 26/08/2028.

Erário Municipal

Gestão/Unidade: 10 Secretaria Municipal de Educação, 1001 Fundo Municipal de Educação

Fonte de Recursos: 15001001

Programa/ Ação: 0009 / 1034 – Construção do Centro Municipal de Educação Infantil

Elemento de Despesa: 44905199 - Obras e Instalações

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PRAZOS E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. O prazo de execução será de 12 (doze) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço, e a vigência contratual será de 14 (quatorze) meses, abrangendo execução, recebimento provisório, recebimento definitivo e encerramento administrativo.

10.2. O contrato deverá observar as regras de segregação de funções, integridade e gestão de riscos previstas no art. 11 da IN Municipal nº 02/23 – NLLC, assegurando a efetiva fiscalização pela Administração e a rastreabilidade de todas as etapas de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Além das obrigações decorrentes da Lei, são obrigações da Contratada:

11.1. O CONTRATADO, obriga-se a fornecer mão-de-obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas.

11.2. Registrar este Contrato no CREA e apresentar ao CONTRATANTE o comprovante de ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) correspondente, antes da emissão da primeira fatura. A inobservância desta exigência implicará em retenção do pagamento correspondente.

11.3. Obter junto à Prefeitura Municipal, conforme o caso, o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

11.4. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.5. Atentar, em relação ao material, para todas as disposições e especificações constantes no Memorial Descritivo, Projetos e Planilhas.

11.6. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Memorial Descritivo.

11.6.1. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido neste instrumento e as especificações constantes no Memorial Descritivo e anexos do termo, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção.

11.6.2. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

a. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

b.1. resíduos - Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.2. resíduos - Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.3. resíduos - Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

b.4. resíduos - Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

c. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

11.7. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

- Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

- Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para



conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

11.8. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

11.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos à execução da reforma.

11.11. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12. Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

11.13 - Responder pelo pagamento dos salários devidos aos empregados e encargos trabalhistas, bem como pelos registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes à execução dos serviços ora contratados.

11.14. Arcar com todos os tributos incidentes sobre este Contrato, bem como sobre a sua atividade, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.

11.15. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e telefônicas.

11.16. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência da obra.

11.17. Manter seu pessoal devidamente identificado através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's;

11.18. Manter sediado junto à Administração, durante os turnos de trabalho, preposto capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

11.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração.

11.20. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.22. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Memorial Descritivo/Especificação Técnica;

11.23. Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;

11.24. Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

11.25. Comunicar ao CONTRATANTE, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público;

11.26. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como agendar, junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos, vistorias com vistas à obtenção de licenças e regularização dos serviços e obras concluídos (Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);



11.27. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no presente ou neste contrato;

11.28. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.29. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação e qualificação no certame licitatório;

11.30. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados utilizados na execução dos serviços;

- a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Projeto Básico e sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- b) Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- c) Executar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico e sua proposta.
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- e) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;
- f) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- i) Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- j) Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos utilizados para a prestação de serviços, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe ainda a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligência resultante da prestação do serviço;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. Fiscalização

12.1.1. A coordenação do contrato, bem como a Fiscalização da execução da obra será realizada pelo MUNICÍPIO, por técnicos designados, a quem compete verificar se a Licitante vencedora está executando os trabalhos, observando o Cronograma Físico-Financeiro do contrato, Projeto básico, Especificações Técnicas, Memoriais Descritivos, de acordo com os demais documentos que integram o Contrato.

12.1.2. A Fiscalização Poderá designar o acompanhamento, gerenciamento, supervisão e fiscalização da obra por uma Empresa Especializada, mediante procedimento de licitação específica, à sua Contratação, que passará a ser Denominada Gerenciadora, em atendimento ao que determina o Manual Específico da Portaria 164/2013 e suas Alterações.

12.1.3. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a Licitante vencedora mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta aos ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS, CADIN ou certidões comprobatórias.

12.1.4. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso,



obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

12.1.5. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento dos fatos à autoridade competente, responsável pela execução do contrato.

12.1.6. Caberá à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

12.1.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

12.1.8 Fica assegurado aos técnicos do MUNICÍPIO o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela licitante vencedora, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

12.1.9 - A Fiscalização promoverá reuniões periódicas de acompanhamento com a Contratada, para avaliação do andamento físico-financeiro da obra, análise dos riscos identificados e discussão de eventuais medidas corretivas.

12.1.10. Foram designados, através da PORTARIA SEMED Nº 73, DE 12 DE JUNHO DE 2026, os servidores abaixo indicados para exercerem as funções de Gestão e Fiscalização de Contrato para execução de obra da CRECHE/PRÉ-ESCOLA, bairro do Quingoma:

Gestor do Contrato: Fernanda Giacomini do Espírito Santo, matrícula nº 122833-4, lotado no Departamento de Infraestrutura, da Secretaria da Educação.

- **Fiscal Administrativo:** Ilana Santos dos Santos, matrícula nº 126097, lotada no Departamento de Contratos, da Secretaria da Educação.

- **Fiscal Técnico:** Gabriela Araujo Miranda de Souza, matrícula nº 956635, lotada no Departamento de Infraestrutura, da Secretaria da Educação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

13.1. Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;



l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- d) **Multa:**
 - (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
 - (2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
 - (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

15.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

15.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

15.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

15.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

15.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);



15.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- (a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;
- (b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- (c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Será permitida a subcontratação dos serviços de montagem mecânica, elétrica, detalhamentos construtivos, estudos laboratoriais, ensaios, escavações por processos não destrutivos, escavação de rocha a fogo e serviços que não estejam contemplados e inclusos nas parcelas de relevância pertencentes ao objeto desta licitação, com anuência prévia do município.

18.2. A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.

18.3. Será vedada a subcontratação total do objeto.

18.4. Caso ocorra à subcontratação, deverá ser observado o privilégio estabelecido às microempresas e empresas de pequeno porte, quanto ao limite de até 30% (trinta por cento) do valor contratado, nos termos do art. 48, inciso II da Lei 123/2006.

18.5. As empresas subcontratadas também devem comprovar, junto ao município, antes do início dos trabalhos que estão em situação regular jurídico/fiscal, previdenciária e trabalhista, e que entre os seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no município.

18.6. Em caso de subcontratação a empresa subcontratada deverá atender às exigências de qualificação técnica exigidas neste Edital e Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

19.1. Será exigida garantia contratual correspondente a **5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato**, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, podendo chegar a 10% caso se constate alta complexidade técnica ou riscos financeiros relevantes.

19.2 - A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária.

19.3 - Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

19.6 - Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

19.7. Adicionalmente, a contratada responderá pela garantia legal prevista no art. 618 do Código Civil, devendo assegurar a solidez e a segurança da obra por 5 (cinco) anos após o recebimento definitivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de LAURO DE FREITAS/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Boletim Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)